

Sob a Insígnia do Trabalho: Notas Sobre a Potencialidade Transitivo-Fundacional da Sociedade¹

Júlio César Ribeiro²

Resumo: Tudo sempre muda. Às vezes, no entanto, as transformações são mais profundas, radicais se preferirmos, a ponto de como bifurcações histórico-geográficas se nos apresentarem. Toda mudança de era traz, devido a isso, inúmeras confusões. Alguns equívocos redundam de reflexões superficiais, para não dizermos ingênuas, ao passo que outros são programados intencionalmente, de modo perverso, para turvar e manipular mentes e fazeres, intentando que tragédias se repitam como farsas. Propomo-nos a aprofundar o conceito de trabalho, a partir, obviamente, de todas as pesquisas empíricas e bibliográficas que demarcam nossa trajetória. O motivo redundante do transe societal atual: a sociedade que passou por uma mudança departamental essencial, da centralidade do setor industrial para o de serviços, sobretudo afinado ao ramo financeiro, vendo cada vez mais o trabalho formal ser substituído pelo informal, o trabalho material pelo imaterial; o que, jungido a outras metamorfoses em curso, dão o tom ao derradeiro *pensamento único* que se espraia de maneira avassaladora: o de que estamos à beira, ou já dentro, duma sociedade pós-industrial, uma sociedade do fim do trabalho. Apresentar antíteses que possam servir à compreensão holística é o que acalentamos, pois essa discussão teórica nada tem de abstrata e calha perfeitamente aos interesses da classe trabalhadora, num mundo no qual alguns, contraditoriamente, ora bradam inexistirem classes, ora outra trabalho, outras mais movimento, História... propagando ideologias sem-fim.

Palavras-chave: trabalho, emprego, ideologia.

Sob la Insignia del Trabajo: Notas Sobre la Potencialidad Transitivo-Fundacional de la Sociedad

Resumen: Todo siempre cambia. A veces, sin embargo, las transformaciones son más profundas, radicales si prefiramos, a punto de como bifurcaciones historicas y geograficas si nos presenten. Cada transformación de era trae consigo, debido a esto, incontables confusiones. Algunos equívocos transcurren de reflexiones superficiales, para no decir ingenuas, mientras que otros son programados intencionalmente, de modo perverso, para enturbiar y manipular las mentes e acciones, con la intención de que tragedias se repitan como farsas. Buscamos profundizar el concepto de trabajo, a partir, obviamente, de todas las investigaciones empíricas y bibliográficas que demarcan nuestra trayectoria. Lo motivo redundante del transe social atual: la

¹ O presente artigo é um fragmento, reformulado, de um texto nosso publicado anteriormente (ver: 2008a).

² Professor Adjunto da UFMS/Três Lagoas; diretor da AGB-seção local e membro do CEGeT (Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – coordenado por Antonio Thomaz Júnior), E-mail: jcezarr@hotmail.com

sociedad que pasó por un cambio departamental esencial, de la centralidad del sector industrial para lo de servicios, sobre todo afinado al ramo financiero, viendo cada vez más el trabajo formal siendo substituido por el informal, el trabajo material por el inmaterial; lo que, agremiado a otras metamorfosis en curso, dan el tono al dejadero *pensamiento único* que se propaga de manera tan abrumada: lo de que estamos a borde o ya en una sociedad post-industrial, una sociedad del fin del trabajo. Presentar antítesis que puedan servir a la comprensión holística es lo que buscamos, pues esta discusión teórica nada tiene de abstracta e cabe perfectamente a los intereses de la clase trabajadora, en un mundo en cual algunos, paradójicamente, ahora claman por la inexistencia de las clases, y logo trabajo, movimiento, Historia... propagando ideologías sin fin.

Palabras Clave: trabajo, empleo, ideología.

Tem gente que não tem nada
E outros que têm mais do que precisam
Tem gente que não quer saber de trabalhar
(Legião Urbana. Música de Trabalho).

-
A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução **no** trabalho, **do** trabalho e **pelo** trabalho (ANTUNES, 2000, p. 205).

O trabalho é um dos conceitos centrais nas ciências sociais. Mais que isso, é processo concreto fundamental à sociedade, que só existe e se reproduz mediante interação e contínua transformação humano-ambiental. (ENGELS, 1979; RIBEIRO, 2004)

A sua substância é tão rodeada quanto turvada por indeterminações e confusas interpretações, no entanto. E este é o motivo que valida o retomar da reflexão.

Propomos retrabalhar, diante disso, o conceito de trabalho, seja porque uns querem enterrá-lo (mediante teses que defendem o “fim do trabalho”, processo esse erroneamente sinonimizado a emprego e correlacionado ao marchar funcional das máquinas e tecnologias, que o faria desaparecer³), seja

³ Como se o trabalho, mesmo em sua dimensão concreta e útil, produtora de valores de uso, pudesse desaparecer, como conjetura, entre outros: Claus Off, André Gorz (1987), Jan Pakulski, Malcolm Waters e Dominique Meda (estes, atados à vã tentativa de secundar a categoria de classe, lucubram sobre o que atinaria à perda da centralidade do trabalho), Jeremy Rifkin (a enlaçar o fim dos empregos ao do trabalho); além de J. Habermas, que alteou a ciência ao posto de centralidade “antes” pertencente ao trabalho, como força produtiva, externando uma cisão cartesiana entre trabalho produtivo/improdutivo (ANTUNES, 2000, p.

porque outros querem fazer crer que o trabalho é em-si algo danoso ao homem (fazendo com que se embarace atividade hominizante e atividade desumanizante, trabalho concreto e trabalho abstrato⁴, geralmente por uma pontual questão etimológica, pelo fato de a palavra recorrer a instrumentos de tortura doutras épocas e lugares; recaindo tais autores, a nosso ver, na armadilha do estruturalismo linguístico⁵. Isso quando a ciência não se mistura danosamente ao mito e à religião, apelando ao tipo de visão que desenha o homem como o pobre decaído, alguém que deve submeter-se à idealisticamente árdua labuta diária para sobreviver).

Aprofundemos a matéria. Ultrapassemos o jogo de espelhos ideológicos, o espectro imagético dominante.

Para além da neblina, veremos que o trabalho (a) não é o processo que quer com o Espírito se reencontrar (teoria hegeliana⁶), (b) não é mero princípio legitimador da propriedade privada (teoria lockeana), (c) não é simples elemento de crítica idealístico-verbal e “despraxizada” (teoria do socialismo utópico⁷), (d) nem atividade dividida à geração da riqueza de nações (teoria smithiana), (e) não se confunde com emprego ou com fator de produção a necessitar de reparo no capitalismo por intermédio de reestruturação produtiva (teoria regulacionista da economia política burguesa), a bem da verdade, o trabalho (f) é o processo-elemento estruturante da sociedade, fazedor da história, balizador da geograficidade e, por que essencial à sociedade por sua

101, 196 passim), como se a ciência, ademais, não se constituísse, ela própria, igualmente, em uma forma de trabalho imaterial tão essencial ao capital quanto as formas de trabalho produtivo.

⁴ Como fazem os teóricos do individualismo na seara da economia política burguesa, os religiosos defensores da inata maldade humana e, dentre outros, filósofos idealistas que primam o trabalho do Espírito no lugar que cabe ao trabalho humano-social (RIBEIRO, 2006b).

⁵ A tese negativista do trabalho é defendida pelo Grupo Krisis (1999). Há, entretanto, como arguimos, que sabemos situar a distinção entre *work* e *labor*, trabalho concreto (produtor de coisas socialmente úteis e necessárias, realizado pelo sujeito de modo livre e autodeterminado, enquanto *cooperação* orgânico-igualitária e princípio basilar à gestação das *mediações de primeira ordem*) e trabalho abstrato (trabalho genérico, impessoal e externamente imposto, que torna o produto mercadoria e a troca objetos de lucro em favor de um terceiro, detentor dos meios de produção, circulação, empréstimo, etc., prestando-se já o trabalho a interesses corporativos, orgânico-desiguais, donde se enlevam as fetichizadas *mediações de segunda ordem*).

⁶ Ao desnudar do construto idealista: RIBEIRO, 2009.

⁷ Ver: ENGELS, 1986; RIBEIRO, 2008.

condição fundacional e transitiva, instrumento de desalienação e hominização pela *re-evolução social* (teoria marxiano-engelsiana⁸).

Distinguindo-se dos animais, o homem que trabalha sabe que o faz. Produz o que necessita e é capaz de fazê-lo para que os demais animais tirem proveito, se assim o desejar.

Produz, além disso, aquilo que simplesmente lhe agrada, com o anelo de deleitar-se com o prazer que a obra o há-de reservar. Antecipa na mente o fato, seu fim: preconcebendo o quisto, teleogizando-o. E faz-o, no caso de aprazer-lhe, com a excepcionalidade de seguir o critério do belo, a arte da estética. A história do trabalho, a sucessão das formas espaço-temporais precipitadas à reprodução da vida e manifestas no contínuo esforço sociedade-natureza (que compõem, ao invés de par dualista, uma unidade do diverso), expressa as particularidades das funções históricas das formas e das atividades geográficas de reprodução da existência humana no decorrer do tempo, no transcurrir dos territórios. Que se entenda a sucessão de modos de produção ou de formações socioespaciais, porém, não como o transpassar duma evolução cronológica, mas muito mais próxima da concepção marxiano-engelsiana que a tem como *sucessão* em um sentido mais geral, operada igualmente de modo não mecânico, mas via rupturas, saltos, revoluções, não importa quanta saliva gastem os apologistas da ordem para tentar esconder tal verdade.

É vital informarmos, entretanto, que o trabalho instala-se como processo fundante da sociabilidade, como protoforma do ser social e não como extensão a tudo determinante, haja vista que no complexificar do ser ganham concretude feições distanciadas e prolongadas de realização no âmbito da *reprodução social*, que vão do esporte ao lazer, passando pela culinária e pela religiosidade, alojando-se na arte, nos esportes e nos padrões estéticos, numa rede causal, por vezes casual, cuja imbricação de fiações torna difícil o identificar (ANTUNES, 1998, 2000; SILVA JÚNIOR; GONZÁLEZ, 2001; RIBEIRO, 2006b).

⁸ Diferentemente das teorias conservadoras, social-democratas e humanístico-burguesas, que ambicionam mudar a sociedade a partir de transformações em seus galhos, pelas formas (reforma), a teoria marxista objetiva a transformação do conteúdo estruturante do metabolismo social (*re-evolução*).

Não podemos deixar de mencionar, contudo, que a gênese ontológica da liberdade, segundo o magiar filósofo marxista, Geörgy Lukács (1885-1971), “*se origina a partir da esfera do trabalho*”.

Através do trabalho processar-se-á o momento catártico, na definição de Gramsci, com o findar dum “*bloco histórico*” e o iniciar doutro, no qual o reino da liberdade tomará o posto do reino da necessidade assim que a sociedade “trabalhar” com esse sentido civilizacional, isto é, tão logo tome o “timão” do rumo da história e o “mapa” do desenho da nova geografia societal.

A reorientação da substância do trabalho situa-se, portanto, segundo nosso ponto de vista, como plataforma genética à transformação das (potenciais ou reais) contraespacialidades e heterotopias alternativas em um novo *bloco geográfico*.

Um trabalho que deve indubitavelmente ser útil, desfetichizado, revitalizado, que seja honesto e pontual, que evite o desperdício e a frugalidade (jorradadas das indústrias do luxo, das armas, etc.), concretizado com prazer e entusiasmo por todos os sujeitos sociais, quer em sua dimensão intelectual ou manual, cuja execução (excetuando-se crianças pequenas, velhos e doentes) redundará nos proventos necessários, abundantes, a todos que o efetuar, em prol de uma vida digna e cheia de sentido. Outro não pode ser o motivo da necessária “*autodisciplina interior, maturidade moral, senso de dignidade, todo um renascimento interior do proletário*” (LUXEMBURGO, 2008, p. 92).

Ainda que a origem ontológica da liberdade ao trabalho não se limite e que tampouco seja fator inicial e exclusivo de reconhecimento da negatividade da sociabilidade do capital, por sê-lo elemento estrutural-fundante do ser, cremos que outra sociabilidade requererá minimamente, para efetivar-se materialmente, ter por fundamento um novo trabalho: concreto, desalienado, desfetichizado e emancipado. A história e geografia programadas stalinisticamente pelo trabalho dividido, estranhado, alienado, fetichizado e produtivista, serve de lição: de que não se funda outra sociedade sem abolir todos os elementos centrais de seu perverso tripé, inclusive o trabalho abstrato⁹.

⁹ Sabemos hoje que o produtivismo soviético impunha jornada tão intensa aos trabalhadores que o fabrico defeituoso e o desperdício tornaram-se costumeiros. Tudo para apresentar

Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.1, nº1 jun-nov 2011. p.79-95 83

O trabalho é a essência ativa do homem real, processo fundante do universo espacial e balizador do ponto do salto do animal em homem e das sociedades antropóides em sociedades humanas, do caos e des-ordem físico-material da dialética natural (determinidade e legalidade da natureza, considerada caótica por que desconhecida e autônoma) em energia teleológico-social com dialética de cunho social a conferir ordenança ao meio a partir da (tão temida por positivistas, idealistas e escolásticos) *prática concreta*, que esculpi o meio a ponto de ajustá-lo relativamente ao anseio humano.

O trabalho está na origem da alienação do homem para com a natureza. Ontologicamente, no entanto, nada tem com o processo de alienação na sociedade (in)civilizada burguesa. A alienação antropológica do trabalho na relação homem-natureza discrepa-se de qualquer fulcro ineliminável de alienação ontológica do trabalho na relação homem-sociedade, como mostrou nos Marx (1964) e seus seguidores, como G. Markus (*Marxism and anthropology* cit. por KRADER, 1987, p. 264, nota de rodapé nº 2)¹⁰.

O trabalho é o processo da natureza se autodeterminando e motivando, *pari passu*, a natureza exterior (orgânica e inorgânica), sendo contraditória e intensamente influenciado por ela. A energia natural não mais flui essencialmente desgovernada, canalizando-se objetivamente pela autodeterminação têmporo-espacial da natureza que se fez humano-social.

Isso porque, da cotidiana relação *homem-natureza* processada pelo *trabalho*, no produzir-se e reproduzir-se biológica e socialmente (respirar, alimentar, amar e proteger-se), é que evoluiu o homem em passos lentos à generalidade.

O homem é a natureza consciente de si, diria Marx. Existência prévia a que se sucedeu a consciência¹¹.

A origem, ou em termos metafóricos, o big-bang do universo social, tem gradativamente organizada a energia que mana, como trabalho da

números que refortalecia o fetiche do fim-em-si do (pseudo)desenvolvimento socialista.

¹⁰ Esses autores, no rastro do enunciado marxiano, se posicionariam avessos à sacralização da premissa burguesa de naturalização (desistoricização-desespacialização) do fenômeno alienação.

¹¹ Neste ponto, divergimos do postulado cartesiano, para o qual o existir é consequência ou constatação, lógica, do pensar, expresso no cogito: "penso, logo existo".

potência do humano controlando e canalizando os outros fenômenos energéticos existentes. O plano de evolução humana de certa forma marcha de par com o domínio cumprido sobre as outras formas de energia, em combinação com o medrar dos equipamentos técnicos; podendo-se dizer que o estado da graduação da evolução tecnológica da sociedade amarra-se ao *quantum* do fator-energia usado para engendrar e acionar a parafernália técnica, dentro dos marcos do modo de produção, determinando igualmente o complexo de ideias e representações (reais ou invertidas) que estimula/freia a direção e o movimento da materialidade geográfica, como dimensão “superestrutural” criada.

Nas fases iniciais da evolução humana foi a energia solar, a ser descoberta pela domesticação de animais e de plantas (tração animal, alimentação e vestuário), juntamente com o principesco conhecimento da energia imanente aos fenômenos naturais e atmosféricos (chuva, água e fogo)¹², que garantiu o salto qualitativo no manejo ambiental e em seus elementos, contenção do dispêndio de energia humana gasta (e o conseqüente ganho com o tempo de não trabalho) e aceleração da dinâmica de desempenho das forças produtivas.

A riqueza é urdida nessa relação sociedade-natureza, entre a Natureza Social e a Natureza Primária. Noutros termos, entre a história que o homem faz¹³ (Segunda Natureza) e a que independe da prática e ciência humanas (Primeira Natureza)¹⁴.

Para reproduzir-se, o homem trabalha. A qualidade e o patamar histórico da existência material vinculam-se à gradação da produtividade obtida, das matrizes técnica, energética e laborativa planejadas, da repartição da riqueza concebida, do ambiente conhecido e regulado, do nível de

¹² Sabemos que posteriormente ao manejo da energia solar, vieram o carvão e o petróleo a ocuparem o posto de propulsores do movimento das forças materiais produtivas e do deslocamento dos fluxos. Em seguida, a energia nuclear. Agora, a biomassa (biocombustíveis, em destaque), fonte de energia renovável impulsionada pela biotecnologia, dentre outras.

¹³ A expressão é baseada na distinção realizada originariamente pelo historiador italiano Giambattista Vico (1668-1744), que diferenciou a história que o homem faz daquela que não faz. Mais sobre o assunto: RIBEIRO, 2006a.

¹⁴ Para entender a autodeterminidade, autonomia ou legalidade da natureza: WHITEHEAD, 1994. Noutro momento, ponderamos sobre as dificuldades crescentes de separarmos os fenômenos naturais dos sociais (RIBEIRO, 2006a).

contradições desperto (se antagônicas ou não). Enfim, das formas desenvolvidas pela organização econômica interna dos membros da sociedade com o espaço em que vivem, já que, registrou Marx (1999), “*A estrutura econômica da sociedade é formada pela totalidade dessas relações de produção*”¹⁵.

Pobreza e riqueza são, pois, fenômenos concretos entrançados à estrutura organizativa da sociedade, atados à capacidade de produção-distribuição do produto do trabalho materializado ou não em objetos; e não forma abstrata no universo descolado da ideia. Daí que a forma em que se estrutura a sociedade, seja a “primitiva” ou “civilizada”, deve ser vista em seu contexto, e sem que haja embaralhamento de conjunturas, pois não devemos querer entender a sociedade primitiva a partir da ótica da sociedade de classes e de sua respectiva teia de valores.

Um tipo de cuidado como esse pode servir-nos diante de concepções teóricas que asseguram que a pobreza e a fome no paleolítico, por exemplo, se fizeram originadas da obsolescência das técnicas e da envergadura limitada da capacidade de fabricação, como do desconhecimento da natureza exterior, colocando-se, em vista disso, como o elo comunal primitivo básico à cooperação, solidariedade e irmandade concretas, a ponto inclusive de hoje estar-se a gerar nostalgia para com aquelas comunidades de bens da Idade do Ouro. O que verdadeiramente se passa é que, noutra plano argumentativo, em muitas sociedades sem classes a não geração do sobreproduto fora opção e não obra de inépcia, por inexistir incitamento ou obrigatoriedade ao sobretrabalho (MANDEL, 1976, p. 15-16, 58-59, 244-245; SROUR, 1978, p. 313 *et seq.*), e tampouco estado famígero e de miserabilidade, como afiançam ideólogos burgueses, marxistas vulgares e descuidados apressados no rotular.

A união e a solidariedade primitivas são, para alguns, produtos originários da pobreza e rusticidade do ato de trabalho. Outros as vêem como opções conscientes de um modo de vida estruturado por ações individuais harmoniosas e relações sociais solidárias (inclusive na repartição do produzido).

¹⁵ Compreendemos a estrutura a partir da ótica demonstrada pela geógrafa Lenyra Rique da Silva (1991), como o elemento interno e invisível da sociedade.

Posicionamo-nos entre os da segunda vertente (RIBEIRO, 2007).

A pobreza é, ademais, irmã-processual da riqueza em sociedades classistas, seja naquelas antigas (a exemplo do modo de produção escravista greco-romano centrado na captura de excedente de sociedades “periféricas”, acumulando primitivamente recursos) e medievais, seja nas modernas (e a lei do desenvolvimento desigual e combinado confirma novamente a rota do furto do sobretrabalho da franja do mundo para as fortalezas geográficas centrais do capitalismo).

Mas talvez o que menos se discuta seja a novidade enxertada com o progresso das técnicas materiais e o conhecimento das leis da natureza. Não, porém, por haver determinismo duma pseudo-Natureza Humana, imutável e individualista, a se desvendar tão logo a coesão ponha-se afrouxada e a distinção individual elevada pelo maior desenvolvimento técnico, porque os rumos da civilização aclaram *um dos muitos* comportamentos possíveis no desenvolver organizacional do ser, em seu saltar geográfico à frente.

Como Marx, dissentimos do ideário cultuado por T. Carlyle, a ver no indivíduo o motor da história¹⁶ – emprestando-a indevidamente de Daniel Defoe, a fábula da personagem Crusoé serve-lhe de inspiração. Como também nos opomos à cegueira de David Ricardo para com o homem primitivo caçador, mirado como que despojado de vida social.

Figuram esses entre os pensadores que só vieram a eleger argumentos idealistas, camuflados como materialistas.

¹⁶ Evocamos, nesse instante, a dúplici dimensão que possui o indivíduo humano: a de ser a um só tempo abstrato e concreto. O caráter abstrato está no pertencer à espécie humana e à história natural do *homo sapiens*, enquanto história biológica do homem. Já a característica da concretude repousa na totalidade da história do gênero humano em toda a sua multiplicidade. A força da história resulta da combinação e cooperação espacial dos indivíduos em sociedade e não da soma dos indivíduos isolados. O indivíduo abstrato não tem história, nem espaço – é atópico. O indivíduo concreto é o alicerce às forças produtivas, para a consciência e à realidade social. Em que pese o indivíduo ser “*o conjunto das relações sociais*” (MARX; ENGELS, 1996) e não expressão singular de uma essência humana abstrata, a sociedade exprime o conjunto ou o complexo das relações assimétricas entre indivíduo e sociedade na trama de relações indiretas e abstratas entre sujeitos, pelo fato de a relação entre indivíduo e sociedade não ser uma simétrica via de mão dupla. Pensar o contrário resulta na substituição da ontologia social por uma ontologia individual, reduzindo problemas e questões que são sociais ao âmbito do indivíduo e da consciência em-si. Neste sentido, apoiar-se-ia um atomismo individualista bastante em voga no século XVII, reforçado que fora pelos ideólogos burgueses dos séculos XVIII e XIX. Entrementes, desde a Antiguidade, Epíteto e Aristóteles profetizavam o contrário: o último dizendo que o indivíduo fora da sociedade ou é divindade ou animal e, em ambos os casos, algo inumano. Um apanhado da discussão pode ser verificado em: RIBEIRO, 2006b.

De alguma maneira, a Ideia metafísica hegeliana de ser Deus o movedor da história também pode ser enquadrada como princípio-chave de correntes teóricas individualistas e idealistas que se descolam do mundo concreto real, caindo num abstracionismo ou analiticismo que pouco avança a visão para além do nariz.

Em sociedades primitivas e não classistas, todavia, o modo como a sociedade trabalha, se aparelha e se reproduz prospera no manejar-conhecer do espaço e dos elementos físicos, naturais e sociais. O trabalho e a propriedade comum tendem à vida social coletiva e à manutenção da condição comunal de se trabalhar todos e melhor para menos se empenhar, menos se desgastar.

O tempo de trabalho finaliza-se na consecução da reprodução da existência para o mantimento da geografia do tempo do não trabalho, onde as dimensões artísticas, científicas, religiosas, humanas em geral, virtual ou vigorosamente desabotoam.

Quando vêm à tona classes antagônicas, o trabalho, elo fundante-estrutural da totalidade da práxis social, faz-se socialmente dividido, perdendo paulatinamente o caráter de valor de uso real, ganhando tons de valor de abuso¹⁷ até que, em meio à mercadificação acelerada do ser moderno, receba a característica de valor de troca.

A divisão do trabalho gerará a rede combinada de elementos igualmente divididos e a profundidade e abrangência desse desenvolvimento expressar-se-á geograficamente de modo diversificado pelos quadrantes do globo, pelo fato de a própria superfície terrestre registrar essas diversas densidades técnicas, quais próteses sociais (o que na literatura econômica marxista se convencionou denominar por capital fixo: prédios, instalações, máquinas, equipamentos, etc., e que Milton Santos nomeou como rugosidades).

O trabalho, mola genética e propulsora da humanidade do homem, foi instituído como corrente que aprisiona. Ao invés de alavancar a genericidade

¹⁷ Essa nossa conceituação serve tão só para ressaltarmos a abundância desfrutada pelos reis, nobres e indivíduos de sangue azul medievos. Em que pese o caráter classista de tais sociedades, nota-se que a reprodução, munida de significativa luxúria, é o limite.

para si, encontra-se entornado à genericidade em si. A ponto de os homens modernos serem considerados *gorilas amestrados*¹⁸

Após tudo o dito, percebemos então que o problema não está no trabalho (vivo ou morto), mas na ontologia hodierna do ser que *apenas* trabalha (abstrata e alienadamente)¹⁹.

E, assim, segue a passos largos as transformações impostas pelo capital ao trabalho, presente naquilo que Juan J. Castilho tituló de *liofilização organizativa* (correspondente ao fenômeno de eliminação, transferência ou terceirização do trabalho, a partir da ótica do “enxugamento” das unidades produtivas que seguem à risca a regra do subcusto/sobrebenefício), a que se soma o avanço da *infoproletarização*²⁰, ou as muitas variáveis da *hifenização* do trabalho (trabalho part-time, sub-contratado, temporário, casual, etc.)²¹, ganhando corpo o dito trabalho em equipe (*team work*), capitalizado e polivalente²², bem como um amplo arco de reengenharia, embutidos no paradigma toyotista em engendramento, a agregar *just-in-time*, *kanban*, *CCQ's*, *kaisen*, trabalho domiciliar, trabalho “autônomo” e ardis sempre renovados à ávida captura de mais-valia.

Na esteira da resignação, retroalimentando o processo, robustece-se o sindicalismo entreguista, conciliatório e reformista (*partnership*), como prima o toyotismo, inclusive, talvez, pelo momentâneo abalo sísmico que a queda do muro (pseudo)socialista acarretou, gerando, conseqüentemente, traumas psíquicos que sempre exigem, para serem superados, um necessário tempo para repouso e reflexão – estágios que antecedem ao novo mergulho²³.

¹⁸ Ao burguês Frederick Taylor coube a rotulação.

¹⁹ Podemos dizer que em sociedades comunistas primitivas o homem trabalhava para viver e que, em sociedades classistas modernas, o homem vive (indignamente) para trabalhar (insanamente).

²⁰ Ver: ANTUNES; BRAGA (orgs.), 2006.

²¹ A formulação é de Huw Beynon.

²² Em uma sociedade emancipada, a politecnicidade do trabalho deverá ser a novidade (DIAS, 1999, p. 148).

²³ Lefebvre mesmo nos lembra que a revolução mal-sucedida experienciada por Marx em 1848 gerou-lhe um mal-estar capaz de prostrá-lo em desânimo e que, depois de superado o desalento que toda decepção causa, o alemão negou-se a ficar recostado ao sofá, pondo-se de pé para a reflexão, de modo a teleologizar sobre modos de intervenção mais eficazes quando as brechas históricas se lhe apresentassem revigoradas. Caso contrário, é grande o risco de se cair no esquerdismo, quando não em um inerte ceticismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (SOBRE A CONSIDERAÇÃO DO NÃO FINDAR DO TRABALHO)

Não são poucas as teorias em voga de que essa sociedade global pós-industrial é marcada por uma transição essencial: a de ter superado o trabalho, deixado junto à poeira do museu. Os argumentos rondam o fato de ter ocorrido a massificação da informatização ou da tecnificação em termos mais amplos (geradora de desemprego estrutural²⁴) e de o setor financeiro da economia ter ganhado a centralidade anteriormente pertencente ao vetor industrial.

Chega-se ao cúmulo da afirmação de que a revolução ou não ocorrerá ou, se transformações ocorrerem, manifestar-se-ão como graduais e magnetizadas à esfera do não trabalho, ao dito mundo da vida, encorpada por movimentos sociais que reivindicam melhoras no além-chão da fábrica; sendo aquele – bem como suas instituições representativas clássicas – excluído da mesa da reflexão e práxis hodiernas.

O alarido sobre o fim do trabalho quer no fundo, e de roldão, decretar o fim dos sindicatos e da própria História (tal qual Giddens, entre outros, nega a importância do lugar, infectado que está por aquilo que D. Harvey tituló de frágil “*literatura filosófica*”).

Celeuma vã que tenta esconder o fato de o trabalho pôr-se como irmão processual do desenvolver humano. Abafando o fato de a humanidade e o trabalho terem grandezas gêmeas – como as têm o tempo e o espaço (SZAMOSI, 1988).

Por que grandezas gêmeas potenciais? Porque a humanidade é mais desenvolvida quanto mais o trabalho, concreto mormente, servir-lhe de alicerce hominizante, prestando-se a içar a omnilateralidade, rumo a um processo de desenvolvimento humano da *genericidade para si*. Doutro lado, a desumanidade condiz exatamente com o ampliar da dimensão abstrata do trabalho, voltado a preencher o mundo do ter e a esvaziar o mundo do ser²⁵.

²⁴ Aquilo que Ricardo Antunes (2000) chama de “*desantropomorfização do trabalho*”. E que atine, como é sabido, à recombinação da composição orgânica do capital, pelo substituir do capital variável pelo fixo. Que fique registrado, entretanto, que este sociólogo nega contundentemente a tese do fim do trabalho.

²⁵ As *mediações de primeira ordem* (desabrochadas a partir do trabalho concreto) e as *mediações de segunda ordem* (desenvoltas, maiormente, em sociedades classistas) recebem tratamento especial de Mészáros (2002) e Antunes (2000).

Pode o trabalho ser cela ou ponte.

Aliás, tem-se por costume alegar metafisicamente que o verbo é o início de tudo (segundo aquela gradação divino-temporal, cristã, da feitura do cosmos, iniciada pela criação da luz...). Tudo indica, entretanto, ter sido o ato, como já o pródromo-trabalho de um ser antropóide em franca evolução.

O trabalho nunca será eliminado. Sempre existiu, em sociedades não classistas, estamentais ou classistas. E continuará por existir, tal qual se passa com as sociedades chamadas pós-capitalistas, e, se chegarem a se cristalizar, em sociedades socialistas e verdadeiramente comunistas²⁶.

A cegueira hoje está em enxergar fim aonde há reformulação. O trabalho está mais polissêmico, complexificado, heterogeneizado, feminilizado, trans ou metaetático, diversificado (eticamente mestiçizado), informalizado, des(re)territorializado, precarizado, fragmentado, “intelectualizado”²⁷, subcontratado, subsalariado, não-salariado (semi-escravizado), etc. Nuançado no novo subproletariado.

Irônico que os ideólogos tanto trabalhem com a tese do fim do trabalho.

Irônico que se ponham na linha da frente da guerra ideológica pregadora do fim da ideologia (algo que estivesse morto cairia sozinho, não careceria de atentados fraseomaníacos).

Irônica tanta bala de canhão gasta para matar as vanguardas, tamanho o medo ante a ressurreição de “dinossauros” de esquerda.

Irônica a ideologia hegemônica do fim das metanarrativas, do esgotamento dos grandes discursos e do apego a microanálises. Nada mais representando que a metanarrativa (burguesa) do “fim das metanarrativas” (revolucionárias).

²⁶ Imaginar uma sociedade sem-trabalho condiz com o ideal fictício de que homens poderiam gerar robôs que se autocriariam e reparariam outras máquinas, liberando o homem definitivamente do trabalho. Ficção, ao que se sabe, que nem os filmes mais futuristas ousaram projetar. As obras cinematográficas que foram mais longe, teleologicamente, exercitando a ficção (científica ou não), apostaram na idéia de que a criatura (máquina), munida de inteligência artificial, se voltaria ao criador (homem), como que fazendo a contradição atual de classes se transfigurar numa contradição máquinaXhomem (tal qual nos apresenta o filme *Matrix*, que, aliás, teve um desfecho “socialdemocrata”, com as “classes” dos homens e das máquinas selando a paz). Impossível vislumbrar uma sociedade sem trabalho.

²⁷ Trabalho gerencial, de planejamento, *marketing*, etc., dito “cognitivo”, mas que mais aliena e embrutece os trabalhadores, presentes também nos infoproletários, nas múltiplas formas de *teletrabalho* (*call center*), nos setores de informação e comunicação, com os *cibertariados*, etc. (cf. THOMAZ JÚNIOR, 2011).

Mas, ironia da ironia, a guerra ideológica hegemônica apenas comprova que as forças anticapitalistas continuam a pulsar (antiestatais, antitrabalho abstrato, anticapital, antipropriedade-privada), pois não se presta tanta cerimônia a um falecido que se desgoste.

Forças anti-hegemônicas *trabalham* a toda força, não importa o que se diga contra isso. O capitalismo é seu próprio coveiro; vende a corda para se enforcar; aciona e arremessa paralelamente, objetiva e subjetivamente, forças titânicas contra as suas bases.

Talvez tanto alvoroço esconda o pavor hegemônico ante o fato de o espectro da transição já estar batendo à porta, infiltrando-se sorrateiramente pelas fendas da maçaneta da crise econômica, até implodir-se em crises política e ideológica²⁸, corroendo, como cupins, as vigas dessa já podre estrutura societária...

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; BRAGA; Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 34ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COMTE, Augusto. *Reorganizar a sociedade*. São Paulo: Escala, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização. 2ª ed. (revista e ampliada). *Textos Didáticos*, nº 29, Campinas: IFCH/Unicamp, set. 1999.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. 8ª ed. São Paulo: Global, 1986.

²⁸ A tridimensionalidade da crise foi objeto de atenção de Lefebvre (1981).

GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Trad. Heinz Dieter Heidemann. São Paulo: GEOUSP/LABUR, 1999.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HOBBSBAWM, Eric J. Introdução. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 13-64.

KRADER, Lawrence. Evolução, revolução e Estado: Marx e o pensamento etnológico. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.). *O marxismo no tempo de Marx*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 263-300.

LEFEBVRE, Henri. *Para compreender o pensamento de Karl Marx*. Lisboa: Edições 70, 1981.

LESSA, Sérgio. Centralidade do trabalho. In _____. *Mundo dos homens*. Perdizes: Boitempo, 2002, p. 27-47.

LUXEMBURGO, Rosa. A socialização da sociedade. In: FELIPPE, William (org.). *As classes sociais no capitalismo*. São Paulo: Sundermann, 2008, p. 85-93.

MANDEL, Ernest. *Introdução ao marxismo*. Lisboa: Edições Antídoto, 1976.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Eric. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Perdizes: Boitempo, 2002.

MOREIRA, Ruy. O tempo e a forma (a sociedade e suas formas de espaço no tempo). *Espaço do Geógrafo*, Jornal da AGB-Bauru, nº 2, 3, 4, 1996.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. *Ciência Geográfica*, Bauru: AGB, nº 22, p. 19-23, maio/ago. 2002.

RIBEIRO, Julio César. A natureza social do espaço produzido: o trabalho e a relação homem-natureza ao longo do tempo. *Revista Cosmos*. Presidente Prudente, ano 2, v. 2, nº 1, p. 40-52, jan./abril 2004.

_____. *A geografia das formas espaciais de reprodução da existência humana ao longo do tempo à luz do materialismo histórico-geográfico*. Niterói: IG/UFF, 2006a (Tese, Doutorado em Geografia Humana) (<http://www4.fct.unesp.br/ceget/Julio/doutorado.pdf>).

_____. O indivíduo, o ser, o tempo e o espaço. *Cosmos*, Presidente Prudente, v. 4, nº 1, p. 16-31, nov. 2006b.

_____. A geografia do modo de produção comunista primitivo. *Formação*. Presidente Prudente: UNESP, v. 2, nº 14, p. 23-34, 2007 (Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/4_ribeiro.pdf).

_____. O espaço e as formas temporais de reprodução do ser a partir do trabalho: relações entre as marcas da paisagem e os marcos do espaço. *Revista Geoambiente On-line*. Jataí: UFG, nº 11, p. 117-148, jul/dez. 2008a (<http://revistas.jatai.ufg.br/index.php/geoambiente/article/download/560/278>).

_____. Utopia e revolução. *Anais do IX ENGETO* (em CD). Araguaína: UFT, p. 213-218, nov. 2008b.

_____. Esboço de uma crítica a algumas teorias da evolução humana: idealismo e positivismo na “Geografia do Conhecimento”. *Revista da AGB/TL*, Três Lagoas: AGB-seção local, ano 6, nº 9, p. 41-60, maio 2009 (<http://www.ceul.ufms.br/revista-geo/Revista9maio/Artigo3-JulioCezarRibeiro.pdf>).

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Lenyra Rique. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. *Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade*. Prefácio de Sérgio Lessa. São Paulo: Xamã, 2001.

SROUR, Robert Henry. *Modos de produção: elementos da problemática*. Prefácio de Robert Frossaert. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SZAMOSI, Geza. *Tempo e espaço: as dimensões gêmeas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade? *Revista Pegada*. Presidente Prudente: CEGeT, v. 1, nº 1, p. 5-16, set. 2000 (<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA11/thomazv1n1set2000.pdf>).

_____. *Os desafios rumo a um projeto para o Brasil!* (Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas). Presidente Prudente, 2011, 35p. (mimeo).

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.